

Contribuições das

# CIÊNCIAS HUMANAS

para a sociedade 2

FABIANO ELOY ATÍLIO BATISTA  
(ORGANIZADOR)

**Atena**  
Editora  
Ano 2022

Contribuições das

# CIÊNCIAS HUMANAS

para a sociedade 2

FABIANO ELOY ATÍLIO BATISTA  
(ORGANIZADOR)

**Atena**  
Editora  
Ano 2022

**Editora chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Editora executiva**

Natalia Oliveira

**Assistente editorial**

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto gráfico**

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

**Imagens da capa**

iStock

**Edição de arte**

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial****Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso  
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



## Contribuições das ciências humanas para a sociedade 2

**Diagramação:** Camila Alves de Cremo  
**Correção:** Yaidy Paola Martinez  
**Indexação:** Amanda Kelly da Costa Veiga  
**Revisão:** Os autores  
**Organizador:** Fabiano Eloy Atílio Batista

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C764 Contribuições das ciências humanas para a sociedade 2 /  
Organizador Fabiano Eloy Atílio Batista. – Ponta Grossa  
- PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-898-1

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.981221802>

1. Ciências humanas. 2. Sociedade. I. Batista, Fabiano  
Eloy Atílio (Organizador). II. Título.

CDD 101

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br



**Atena**  
Editora  
Ano 2022

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



## APRESENTAÇÃO

Caros leitores e leitoras;

A coletânea '**Contribuições das ciências humanas para a sociedade**', dividida em dois volumes, reúne textos de autores e autoras nacionais e internacionais que propõem em trazer discussões atuais, críticas e necessárias sobre a importância, bem como as diversas contribuições dos estudos na área das Ciências Humanas para a sociedade.

Assim, ao longo dos 35 artigos podemos vislumbrar uma série de indagações, questionamentos e reflexões, que negam, afirmam e constroem saberes para que possamos entender e ampliar nosso repertório de conhecimento sobre as mais diversas sociedades e culturas.

Ao longo do primeiro volume é exposto um conjunto de textos que tematizam sobre um panorama nacional, enfatizando, sobretudo, as contribuições das Ciências Humanas para compreensão das dinâmicas e interações no Brasil. Assim, as principais abordagens e temáticas deste volume são: questões regionais, política e planejamento, educação e ciência, representações sociais sobre a velhice, agricultura familiar, questões mercadológicas, condições de trabalho, religião, dentre outros temas que exploram, cada qual a sua maneira, a realidade brasileira e as múltiplas relações com as Ciências Humanas.

No segundo volume os textos reunidos discutem sobre as produções das identidades, subjetivações, metodologias e epistemologia das Ciências Humanas, questões sobre a comunidade surda, juventude, suicídio, vida e morte e processos discursivos, se consolidando como uma abordagem multidisciplinar dentro das Ciências Humanas.

Neste sentido, podemos compreender, a partir das leituras, que as contribuições das Ciências Humanas, ao longo dos anos, nos permitem, conhecer nossa história, a história dos outros, entender o homem e a sociedade como um todo. Suas contribuições nos fornecem informações sobre Política, Mercado, Trabalho, Artes, Natureza, Relações Sociais, dentre outras instâncias da vida humana que precisam, cotidianamente, serem perscrutadas, remexidas e revisitadas, pois todas essas informações fazem de nós seres críticos e nos permitem a entender a realidade a nossa volta.

Por fim, esperamos que a coletânea '**Contribuições das ciências humanas para a sociedade**' possa se mostrar como uma possibilidade discursiva para novas pesquisas e novos olhares sobre as contribuições das Ciências Humanas para a sociedade, buscando, cada vez mais, uma ampliação do conhecimento em diversos níveis.

A todos e todas, esperamos que gostem e que tenham uma agradável leitura!

Fabiano Eloy Atílio Batista

## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

UM OLHAR DISCURSIVO SOBRE A PRODUÇÃO IDENTITÁRIA E PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO DOS INDÍGENAS EM MATERIAL DIDÁTICO PUBLICIZADO NO CIBERESPAÇO

Icléia Caires Moreira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9812218021>

### **CAPÍTULO 2..... 16**

QUESTIONAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS CONTEMPORÂNEOS: UMA CONTRIBUIÇÃO AO ENSINO DA METODOLOGIA DE PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Amilcar Baiardi

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9812218022>

### **CAPÍTULO 3..... 28**

LOS CAMINOS EPISTEMOLÓGICOS EN LA OBRA DE PIERRE BOURDIEU: CIENTIFICISMO, REFLEXIVIDAD Y SENTIDO COMÚN

Pedro Robertt

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9812218023>

### **CAPÍTULO 4..... 41**

ETHOS DA IDENTIDADE CULTURAL EM STUART HALL

Marcelo Manoel de Sousa

Saraí Patrícia Schmidt

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9812218024>

### **CAPÍTULO 5..... 56**

SLAM SURDO: POESIA ORAL INCLUSIVA E ENGAJADA EM ESPAÇOS URBANOS CONTEMPORÂNEOS

Wanderlina Maria de Souza Araújo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9812218025>

### **CAPÍTULO 6..... 67**

DIFERENÇAS ENTRE FALA E ESCRITA DO SURDO: REFLEXÕES TEÓRICAS SEGUNDO UMA EXPERIÊNCIA PRÓPRIA

Ana Paula Oliveira e Fernandes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9812218026>

### **CAPÍTULO 7..... 84**

PROPOSTA DE UMA METODOLOGIA PSICOSSOCIOLÓGICA DE ANÁLISE DE DISPUTAS E RIVALIDADES EM CENÁRIOS SOCIAIS

Jair Araújo de Lima

José Jorge de Miranda Neto

Juliane Ramalho dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9812218027>

**CAPÍTULO 8..... 105**

PREVENÇÃO DO SUICÍDIO EM JOVENS: A RELEVÂNCIA DA AUTOESTIMA

Hanna Helen Gadelha de Souza Othon

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9812218028>

**CAPÍTULO 9..... 110**

ENTRE A GLÓRIA E A LOUCURA - A PERSONAGEM FEMININA NA PROSA REGIONALISTA DE *INOCÊNCIA*, *FOGO MORTO* E *LAVOURA ARCAICA*

Rafaella de Aragão Gonçalves Nakayama Borges

Maria Eduarda Stadnick de Medeiros

Rhayane Duarte Rabelo

Luciana de Cassia Camargo Pirani

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9812218029>

**CAPÍTULO 10..... 126**

HISTÓRIAS EM QUADRINHOS NA BIBLIOTECA ESCOLAR: REFLEXÕES SOBRE A OBRA O GUARANI EM HQ, DE LUIS GÊ E IVAN JAF

Yasmin Rodrigues Menezes

Eliane Aparecida Galvão Ribeiro Ferreira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.98122180210>

**CAPÍTULO 11..... 139**

CONCEPÇÕES DE MORTE E MORRER DE DOCENTES DO CURSO DE CIÊNCIAS DA RELIGIÃO DA UERN: A VIDA, VALOR ABSOLUTO

Paulo Sérgio Raposo da Silva

João Bosco Filho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.98122180211>

**CAPÍTULO 12..... 149**

A ESCRITA DE ARTIGOS CIENTÍFICOS E TEXTOS ACADÊMICOS: ACIMA DO BEM E DO MAL?

Flávio Luis Freire Rodrigues

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.98122180212>

**CAPÍTULO 13..... 159**

A APLICAÇÃO DO INGLÊS INSTRUMENTAL COMO METODOLOGIA ATIVA EM PROJETO INTERDISCIPLINAR NO CURSO TÉCNICO EM QUÍMICA

Daniela Brugnaro Massari Sanches

Gislaine Aparecida Barana Delbianco

Ricardo Francischetti Jacob

Sérgio Delbianco Filho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.98122180213>

<b>CAPÍTULO 14.....</b>	<b>168</b>
LA REPRODUCCIÓN DE LA ENSEÑANZA DE LA ENFERMERÍA EN GUANAJUATO	
Elia Lona Moctezuma	
Elia Lara Lona	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.98122180214">https://doi.org/10.22533/at.ed.98122180214</a>	
<b>CAPÍTULO 15.....</b>	<b>181</b>
O ENSINO DA SOCIOLOGIA: A IMPORTÂNCIA DA DISCIPLINA NO ENSINO MÉDIO	
Natalina Sousa Ferreira	
Karine Beatriz Nascimento da Silveira	
Josinete Pereira Lima	
Eleanor Gomes da Silva Palhano	
Sidclay Santos Furtado	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.98122180215">https://doi.org/10.22533/at.ed.98122180215</a>	
<b>CAPÍTULO 16.....</b>	<b>192</b>
PRODUCCIÓN DE ESPACIOS DE CONSERVACIÓN	
Amparo Albalat Botana	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.98122180216">https://doi.org/10.22533/at.ed.98122180216</a>	
<b>CAPÍTULO 17.....</b>	<b>211</b>
DISCURSO E REPRESENTAÇÃO EM “O JARDINEIRO TIMÓTEO”	
Maria Cecília de Lima	
Eliana Dias	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.98122180217">https://doi.org/10.22533/at.ed.98122180217</a>	
<b>CAPÍTULO 18.....</b>	<b>223</b>
COM QUE ROUPA EU VOU: A FUNÇÃO SOCIAL DA ROUPA ENQUANTO INSTRUMENTO DE COMUNICAÇÃO VISUAL	
Adelci Silva dos Santos	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.98122180218">https://doi.org/10.22533/at.ed.98122180218</a>	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR.....</b>	<b>236</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO.....</b>	<b>237</b>

*Data de aceite: 01/02/2022*

### **Amparo Albalat Botana**

Universidad Autónoma Chapingo, México-  
Texcoco  
<https://orcid.org/0000-0002-1402-3057>

**RESUMEN:** Este trabajo examina la producción de espacios concebidos para la conservación, analizando la forma en que se legitiman espacios de verdor, mientras que se generan discursos vacíos de relaciones histórico-sociales. Bajo el modelo del conservacionismo neoliberal, la producción de espacios para la conservación está interconectada con el suministro de agua para la ciudad. Esta generación de espacios existe por sus representaciones, legitimadas con elementos como: decretos de conservación, producción de espectáculos basados en la naturaleza, intervención planeada, construcción de identidades y participación validativa. Estos componentes materializan el espacio verde, proveedor de servicios ambientales para la sociedad urbana en crisis. En este contexto, las resistencias campesinas quedan desactivadas mediante proyectos de desarrollo, haciendo invisible el flujo de los pobladores, quienes quedan inmersos en nuevos cercamientos y despojos verdes y azules. De manera encubierta, las familias reconfiguran sus tiempos y espacios, nostálgica y silenciosamente, en los intersticios de los lugares que antes habitaron.

**PALABRAS CLAVE:** Conservación neoliberal, despojo verde, producción de espacio.

### PRODUCTION OF CONSERVATION SPACES

**ABSTRACT:** This paper examines the production of conceived rural conservative spaces, analyzing the way in which greenery spaces are legitimized, while empty discourses of historical-social relations are generated. Under the neoliberal conservationism model, rural spaces for conservation production is interconnected with water supply for the city. This spaces generation exists for its representations, legitimized with elements such as: conservation mandates, nature spectacles, planned intervention, identities construction and integral comanagement. These components materialize the green space, provider of environmental services for the urban society in crisis. In this context, peasant resistances are deactivated trough development projects, making invisible inhabitants flow, who are immersed in new enclosures and green and blue remains. Covertly, families reconfigure their times and spaces, nostalgically and silently, in the interstices of the places they once inhabited.

**KEYWORDS:** Neoliberal conservation, green stripping, space production.

### INTRODUCCIÓN

Dentro de las prácticas espaciales, el espacio concebido para la conservación es producido por expertos, actores externos que construyen los discursos, imágenes y espectáculos que ordenan y jerarquizan (Lefebvre, [1974] 2013) los espacios verdes. Estas representaciones enuncian decretos

conservacionistas produciendo territorios, a través de un orden binario que opone elementos como lo prohibido/lo permitido; reconocimiento/anulación; inclusión/ exclusión. En este sentido, son importantes las teorías y los conceptos que surgen al producirse espacios de conservación, como modo de producción o relación social particular, porque afectan la forma en que interpretamos el mundo y actuamos en él (Harvey, 1990).

En dichos conceptos y prácticas, las imágenes o palabras y lo que estas evocan, no son arbitrarios, sino producto de una convención social (conservación neoliberal), gestada procesalmente a través de diferentes actores, políticas, discursos, conocimientos, representaciones y prácticas ambientales con diferentes traslapes multiescalares y multidimensionales. La conservación produce territorios que ignoran las relaciones sociales históricamente establecidas, abriendo espacios de posibilidades neoliberales. En este sentido, la subcuenca del río Pixquiac como espacio geográfico en las faldas del volcán Cofre de Perote, situado en el Centro del Estado de Veracruz, México, rebosa de estas posibilidades.

Desandar los pasos de las producciones espaciales conservadas a lo largo del afluente del río Pixquiac, es como rastrear un mapa encriptado. “Todo lo que en él podemos leer está impregnado de tinta simpática; pero no hay más remedio que seguirlo” (Badal, 2017, p. 36). En este contexto, un elemento relevante para la construcción de los espacios de conservación, es el discurso de la necesidad de agua y servicios ambientales para la ciudad. “Vivir en la ciudad significa consumir bienes y servicios en un mercado que tiene lazos con gentes y lugares de todos los rincones del planeta. Gentes y lugares que permanecen invisibles” (Harvey, 2018, p. 301). En ese orden de ideas, la ciudad y sus habitantes, como entes abstractos, consumen servicios ambientales que parecieran venir mágicamente desde paisajes llenos de verdor, porque la cobertura arbolada oculta los mismos vínculos que la crearon. Es decir, la geografía conservacionista crea un paisaje de conexiones difuminadas y los beneficios que produce el desarrollo (pago por servicios ambientales, créditos para proyectos productivos definidos de antemano), de manera similar al bosque, ocultan información y encubren formas de reproducción social anteriores al conservacionismo.

En este sentido, la intervención planeada (Long, 2007) a través de proyectos sustentables (conservación, reforestación y reconversión productiva) permea y permanece, tanto en la mentalidad popular campesina como en la de los ambientalistas letrados. Son proyectos de desarrollo justificados a través del discurso “ganar-ganar” (Benjaminsen y Svarstad, 2010). Se hace necesario intervenir en el orden de los afectos que unen a los campesinos con los lugares que habitan, bajo la promesa de “ayuda” o “apoyos” y la creación de expectativas, estableciendo dependencias incapacitantes a la par de un sistema de necesidades (Giraldo, 2018), limitando su soberanía asamblearia, jurisdicción, administración independiente y sus bienes comunes (Badal, 2017). Bajo la guía de sus nuevos custodios, la producción de geografías verdes ejerce control, asegurando las

fronteras, aislando lugares y personas, modificando sus relaciones. Se subordinan los ritmos colectivos de los que habitan “invisiblemente” las áreas conservadas, a la par que aprenden su nuevo lugar como eco-guías o campesinos agroecológicos, miembros de comités y, en el peor de los casos, como desplazados ambientales. De este modo, aunando el mandato de la conservación, el espectáculo de la naturaleza y la gestión compartida, se van cimentando discursos de verdades valederas al interior y al exterior de estos espacios verdes (y azules); van permeando las ontologías y epistemologías, de los que habitan y construyen la naturaleza (junto con sus cuerpos de agua), así como los de quienes custodian o más bien, vigilan, desde los espacios de la ciudad.

La naturaleza está en disputa y aunque la imagen concebida por ambientalistas, funcionarios públicos y empresarios puede diferir, sus ideas sobre “la salvación de los recursos naturales” están atravesadas por su mercantilización. En esta construcción social de la naturaleza, el conservacionismo crea lugares vacíos de relaciones y paisajes homogéneos de bosques diversos (Bosque Mesófilo de Montaña, Bosque de Pino-Encino), en vez de paisajes de encuentro, heterogéneos, parches conservados para la extracción de madera, leña y producción de carbón, con cultivos de montaña, y áreas de pastoreo, entre otros y, para ello, “deslugarizan” las formas de habitar existentes, para luego territorializarlas según la racionalidad moderna” (Giraldo, 2013, p. 83).

Sin embargo, el conservacionismo como modo de producción, no carece de tensiones ni desacuerdos, pues debajo de los mismos espacios se encubren y traslapan otras geografías. Los campesinos que habitan la subcuenca del Pixquiac luchan, casi siempre en silencio, por mantener sus conocimientos/poder (Castro-Gómez, 2010) a la par que reconstruyen sus lugares vividos (Lefebvre en Harvey, 1990) en espacios que les son permitidos o no. Lo que les interesa a los campesinos es la conservación de su dignidad, de su autonomía, de sus símbolos y de sus espacios de encuentro; una contra-geografía de tiempos y espacios muy otros, injustificable desde el marco del “desarrollo” pero que les permite mantener su amor propio a través de andar, recordar y mantener sus lugares de memoria, entre otros.

Finalmente, se explora cómo se legitiman territorios concebidos verdes y qué juegos de verdad hacen posible que determinadas prácticas gocen de aceptabilidad cognitiva (Foucault en Castro-Gómez, 2010). El orden y los elementos seleccionados y descritos en el desarrollo no resolverán en su totalidad la interrogante propuesta, pero quizá pueda alumbrar nuevas preguntas, mostrando otros tiempos, espacios y lugares invisibilizados como consecuencia de la producción de espacios de conservación.

## **METODOLOGÍA**

El espacio geográfico que delimita esta propuesta es la subcuenca contenedora del río Pixquiac. La subcuenca del río Pixquiac es una de las dos fuentes de abastecimiento

de agua para la ciudad de Xalapa, Veracruz, México (con 38%) y en ella inciden tres programas de pago por servicios ambientales. El contexto histórico es la conservación neoliberal (Durand, 2014), no sólo como una nueva oleada de cercamientos y despojos, sino como prácticas que favorecen el mantenimiento de las relaciones desiguales de poder político, económico y ambiental a través de la gestión de la desigualdad. El discurso de referencia o el imperativo verde (Ojeda, 2012) es la crisis del agua y la necesidad de extraer agua para las ciudades centro (Harley, 2005) como lo es Xalapa.

Desde el marco de la Ecología Política y la Geografía Crítica, se examina la producción de espacialidades de conservación y, por lo tanto, sus temporalidades, es decir, las representaciones del espacio concebido (Harvey 2012, 2018, siguiendo a Lefebvre, 1974). Siguiendo a Ulloa (2004, p. XLII), una herramienta de análisis es la eco gubernamentalidad climática global, definida como: “Todas las políticas, los discursos, los conocimientos, las representaciones y las prácticas ambientales...que interactúan con el propósito de dirigir a los actores sociales (cuerpos verdes) a pensar y comportarse de maneras particulares hacia fines ambientales específicos...” Dichas políticas, discursos, conocimientos, representaciones y prácticas ambientales tienen dos características: 1) no ocurren sin la dirección del Estado (los Estados son lugares de codificación) y 2) son territoriales, por lo tanto, geográficas (Atkinson, et al., 2005). Este marco contiene la construcción de mandatos de la conservación, de espectáculos de la naturaleza, de individuos, de intervenciones planeadas y de co-gestión integral, entre otros. Dichos temas se territorializan de manera ensamblada y simultánea a través de escalas, espacialidades y temporalidades múltiples, produciendo espacios de conservación y fragmentando los espacios de la vida cotidiana en función de la producción de nuevas mercancías. Se hace una revisión del registro bibliográfico público y especializado sobre el proyecto de gestión de la subcuenca del río Pixquiac, revisando periódicos de la región de Xalapa, Veracruz; representaciones gráficas como mapas hidrológicos, turísticos y zonas prioritarias de conservación y restauración; publicidad de eventos culturales y deportivos, videos en línea sobre el proyecto de gestión integral de la cuenca del Pixquiac, experiencias de eco-guías y usuarios del paisaje, proyectos de reconversión productiva, problemática del Pixquiac y propuestas de solución. Se concluye con los elementos que son comunes a cada forma de producción de conocimiento/poder y las consecuencias de los mismos (cercamientos, desterritorialización, despojo verde y azul y desplazados ambientales, entre otros).

## **RESULTADOS Y DISCUSIÓN**

### **Decreto de conservación**

En la subcuenca del río Pixquiac, Paré (2012, p.99), elabora un diagnóstico con base en el indicador “tasa de deforestación”, con la intención de hacer una lectura de cobertura y uso de suelo desde el año 1975 al 2004, encontrando una “recuperación del

bosque cerrado, como resultado del abandono de zonas agropecuarias y de la siembra de plantaciones forestales que sus habitantes iniciaron desde la década de 1990”, proceso evidente en la zona alta y media de la cuenca. De igual manera, menciona que “las áreas urbanas se han expandido en forma considerable”, fundamentalmente en la zona media-baja y baja. Asimismo, Paré indica que estos procesos “responden, sobre todo a la expansión de la mancha urbana, en la zona baja y a las variaciones en los precios de los productos (papa, leche, caña, café)”.

Haciendo otra lectura, la recuperación de las áreas boscosas, es consecuencia de decretos verdes o imperativos verdes, es decir, de “narrativas hegemónicas sobre el medio ambiente y sus efectos en la producción de espacios y sujetos” (Ojeda 2012, p.255), mandatos a conservar imperantes desde la creación del Parque Nacional Cofre de Perote, en 1937, en la zona alta de la montaña, permeando políticas, discursos, conocimientos, representaciones y prácticas ambientales, reforzado con intervenciones hacia la cogestión de la subcuenca del río Pixquiac (2000-2018) así como con la creación de nuevas áreas protegidas (2015- Archipiélagos de Bosques y Selvas).

Estos mandatos habilitan procesos de demarcación socioespacial que producen individuos o sujetos no lo suficientemente verdes, como cuerpos fuera de lugar, (campesinos como amenaza, pasivos, faltos de conocimiento). Se produce una imagen aplanada de la realidad, donde la desigualdad y sus redes enraizadas se desdibujan. Se presenta el recorte de la cuenca, subcuenca, los ejidos, la vegetación y las localidades “como entidades fijas, homogéneas y preexistentes, y no como el resultado mismo de las representaciones y prácticas sobre la naturaleza, y de sus múltiples interconexiones que se tejen a través de la diferencia y la distancia” (Ojeda, 2014, p. 259).

Así, el mandato de la conservación requiere de una geopolítica particular: una cuenca alta, con campesinos responsables de frenar la degradación de bosques, a la par que reducen o eliminan sus áreas agropecuarias disminuyendo aún más su autosuficiencia alimentaria y una cuenca baja donde existen custodios y vigilantes proveedores de proyectos productivos que se implementan en nombre del mejoramiento de las condiciones de vida de quienes habitan montaña arriba, mientras que los usuarios ciudadanos consumen y pagan por los servicios ambientales. En la producción de la naturaleza en peligro o amenazada, al mismo tiempo que abundante en recursos naturales, sólo unos pocos tienen la autoridad para hablar para y por ella, aunque siempre dependiendo de la política de recursos imperante.

## **PRODUCCIÓN DE UN ESPECTÁCULO**

A la par del mandato de conservación, se debe producir un espectáculo, como un medio para lograr un fin. Es decir, para que un espacio se conciba verde, se requieren recursos y esta búsqueda de fondos se logra a través de la promoción de un espectáculo

(Work & Thuon, 2017). Los espacios de conservación tienen su valor construido y sostenido a través de imágenes y representaciones populares. En los medios de comunicación, en folletos publicitarios, en videos, en mapas, las imágenes instan a participar en campañas de reforestación, conservación o reconversión productiva a través de proyectos sustentables, además de eventos deportivos y culturales. La naturaleza es mercantilizada, al menos en parte, a través de un espectáculo virtual, en ciclos autoreferenciales que circulan a través de la economía global del consumo (Fahirhead, et al., 2012).

En esta puesta en escena, múltiples actores, no siempre con la misma intención o en colaboración mutua, crean videos, documentos, estudios, productos y estadísticas que dirigen la atención, la intención y las actividades de los individuos que ven y participan del espectáculo. En las imágenes del espectáculo todo es atemporal y ahistórico. El resultado son paisajes transformados de acuerdo a la cosmovisión que proyectan dichas imágenes y, en este caso, reflejan una subcuenca que funciona ecológica y económicamente en armonía y equilibrio.

Los espacios de conservación, los mapas y videos o la fotografía, como diría Ulloa (2004, p. 264), constituyen una evidencia visual clara, un testigo perfecto, una representación neutral de la realidad, donde las imágenes sobre los “otros” han sido fácilmente resituadas y consumidas. Estos elementos transforman el mundo natural en una realidad virtual, contemporánea y específica. En este montaje, las imágenes de la naturaleza median las relaciones entre personas y de cada individuo con el medio ambiente (Igoe, 2010), mostrando recortes escogidos que indican qué mirar al mismo tiempo que escamotean lo que no es conveniente que veamos.

## MAPAS

Un mapa puede esconder o mostrar diferentes representaciones espaciales, por ejemplo, poblaciones de la alta montaña, pequeños grupos familiares o rancherías, al mismo tiempo que aparecen las áreas de importancia hídrica o con cobertura boscosa. En cuanto a la toponimia, al disminuir la escala, sucede un proceso similar porque se minimizan los nombres de las localidades que hacían referencia a plantas, animales, formas de la tierra o antiguas haciendas, quedando representadas con un punto común, homogéneo y reproducido en serie mientras que resaltan los nombres de ciudades centro, usuarias de los servicios ecológicos de la montaña. Otros elementos tácitos a nuestros oídos y escondidos a nuestro mirar son las empresas de la ciudad que utilizan enormes cantidades de agua, como las industrias textiles, refresqueras, papeleras, los beneficios de café, etc., sin mencionar las tomas clandestinas que surten de agua a colonias de la ciudad con escasez del líquido en la época primaveral “de secas”. Sobresalen íconos de proyectos de ecoturismo, proyectos de producción de alimentos de traspatio o ecotecnias, destacando las rutas para acceder a “conocer” los espacios que habitan familias “modelo”

del desarrollo, acercamiento que genera la ilusión de que, con un poco de capacitación y ayuda económica, las personas “desfavorecidas “ pueden llevar una vida “simple, fácil” y, sobre todo, “sustentable”. Finalmente, se invisibilizan las “diferencias históricas verticales”, la división geográfica que ha influido en los cultivos, en la producción animal, los lugares de cacería, en las relaciones familiares, la educación, la salud, los materiales de construcción de las viviendas, los caminos y veredas, es decir, la división de las diferencias sociales, por mencionar sólo algunos aspectos silenciados (Bjorn, 2014; Harley, 2005; Montoya, 2007 & Offen, 2009).

## VIDEOS

Como ejemplo, al colocar en el buscador de Youtube “Cuenca del Pixquiac” y abrir los primeros 10 videos, sobresale en ellos la imagen del agua dulce, limpia y cristalina, seguida de la silueta del Parque Nacional Cofre de Perote. Se aproxima la vista a helechos arborescentes, hongos, bromelias, reptiles, anfibios e insectos, seguido de un alejamiento para apreciar los paisajes con áreas boscosas, verdes cañadas y cascadas, escasas viviendas, pocas imágenes de población local y casi nulas actividades agropecuarias.

Se alterna entre grandes y pequeñas escalas. Lo que evita y oculta interacciones contiguas, haciendo invisibles las relaciones (Foale & Macintyre, 2005). Se habla repetidamente de “los problemas de los habitantes”, como si fueran entes abstractos. Entre estos problemas, destacan: falta de oportunidades de trabajo, bajos precios de productos agropecuarios, por lo que muchos “no tienen otra opción que talar árboles” (tala clandestina) aumento de la ganadería y cultivos agrícolas con alto uso de agroquímicos, contaminación del suelo con agrotóxicos agrícolas, por ejemplo, en la producción de papa, descargas de aguas negras y grises en las partes bajas de la cuenca, disminución del caudal de los ríos, crecimiento de la zona urbana y el consecuente cambio climático, “que genera pobreza, especulación y mal uso de los recursos”. En los videos resalta, a través de opiniones de expertos, la importancia de conservar el ecosistema del Bosque Mesófilo de Montaña, en la parte media de la subcuenca donde se ubica la mayor cantidad de localidades densamente pobladas y coinciden cinco presas que derivan el agua a la ciudad de Xalapa. Los expertos también hablan de cómo los servicios ambientales que proporciona la cuenca son “necesarios para la vida”, de “el agua como recurso motor” y de que “el cuidado de los servicios ambientales nos corresponde a todos”. Las imágenes, diálogos y textos invitan a analizar un tema crítico y urgente de rescate del recurso agua. Dado lo indispensable e invaluable de este capital natural y simbólico, parece razonable crear espacios de conservación y archipiélagos que conecten paisajes previamente aislados, así como considerar que el valor agregado a estos paisajes incentivará a los pobladores de dichas áreas para que colaboren y coadyuven, para dar paso a la producción de dichas áreas de conservación.

Entre los videos donde testimonian los beneficiarios del desarrollo, en primer plano, se encuentran los proyectos de género con dos grupos de mujeres, uno de panaderas y el otro con productoras de remedios herbolarios (Confeccionando sueños: producciones artesanales de las mujeres de la cuenca del Pixquiác, 2015). Dos videos se realizaron con grupos de hombres, uno con participantes de reforestación/regeneración de sus parcelas donde manifiestan “Yo pienso seguir cuidando porque el monte a mí me gusta y me hace falta, tengo que conservar.”; “Yo quiero dejar como conservación todo, (toda la superficie de su parcela) todo lo que quiero es que los nacimientos vivan” (Restauración ecológica en la microcuenca del Pixquiác por Sendas A.C, 2014). En el video citado anteriormente, se escucha al técnico responsable del proyecto decir: “el objetivo es comenzar por la conservación y después, una vez que nos tienen confianza y adquirieron mayor compromiso con el cuidado de sus recursos se les propone a los beneficiarios proyectos productivos”. En el último video se muestra a un grupo de eco-guías; en todos, directa o indirectamente, el objetivo final es solicitar apoyo económico y material. Los campesinos, se muestran agradecidos por “el apoyo”, felices por aprender, al mismo tiempo que conservan.

Finalmente, en los videos se destaca el dibujo animado y caricaturizado de un cacomixtle (*Bassariscus astutus*) un mamífero del tamaño de un gato (30 a 40 cm de largo, 1.5 kg de peso) con cola larga y anillada, pariente del mapache, de hábitos nocturnos y omnívoro. Caracterizado como “amante de los árboles frutales”, con sus ojos tiernos, grandes y brillantes, de apariencia vulnerable y provisto de una voz infantil, el spot aporta valiosos mensajes como “Lo que le suceda al suelo y al bosque afecta la calidad del agua que llega nuestra ciudad” o información de la cantidad de agua que puede contener un árbol, provocando una combinación de apreciación estética y emocional, que convoca a la generosidad financiera y a la conservación, invitando a seguirlo por las redes sociales. Curiosamente, para los campesinos beneficiarios de los programas, el cacomixtle es considerado un animal indeseable porque les come las gallinas. Este personaje fue el protagonista de la campaña publicitaria: La Cuenca está en tus Manos (2016), cuyo lema fue “Nuestra agua viene de las cuencas”.

En conclusión, como dicen Foale y Macintyre (2005) el espectáculo de la naturaleza nos presenta paisajes llenos de gran potencial y con una belleza maravillosa, al tiempo que muestran a personas que progresan, usuarios beneficiados de las intervenciones bien diseñadas prometiendo resultados positivos. En este sentido, la proliferación de producciones indica que la mediación de las relaciones a través de imágenes es importante para las formas en que se imaginan los problemas ambientales, se proponen soluciones y se movilizan los recursos para intervenciones específicas y proyectos de cuenca.

## **INTERVENCIÓN PLANEADA**

El mandato de la conservación, así como la creación de imágenes del espectáculo,

dependerá decisivamente de la intervención planeada a través de proyectos de desarrollo sustentable como la reforestación, la conservación y la reconversión productiva. Dichos proyectos son una invitación para que los habitantes de la subcuenca del río Pixquiac sean agentes activos y beneficiarios del desarrollo ajeno. Resalta la idea de los actores externos, de que las personas que viven en paisajes con “vocación forestal”, pueden simplemente intercambiar sus formas de reproducción. por ejemplo, pasar de ser leñadores o “talamontes” a actuar como guías de ecoturismo, actividad basada de manera exclusiva en el mercado de conservación. Es decir, los proyectos buscan satisfacer las necesidades básicas de los campesinos mientras protegen a la naturaleza, a fin de ofrecer un futuro sostenible repleto de ecosistemas intactos. Comúnmente, la imagen de conservación y generación de empleo, es una distracción que separa al sujeto de lo que le está siendo robado, esto es el robo de la acción (Work & Thuon, 2017).

Los interventores y promotores del desarrollo seleccionan una situación, la cual se juzga inadecuada o necesitada de cambio; así, los cuerpos locales de conocimiento, las formas de organización, los recursos y bienes de los campesinos son implícita o explícitamente deslegitimados y por consecuencia, las contribuciones externas son necesarias e indispensables, es decir, se debe convencer a la gente de que están actuando mal para justificar la intervención (Esteva, 1996). Para ello, los actores externos, a través de diagnósticos participativos, identifican debilidades y amenazas para después cruzar la información con oportunidades y fortalezas “favorables a los pobres”, con “beneficios compartidos” y “beneficios mutuos” para estos sistemas, sin tomar en cuenta, como diría Fairhead, et al. (2012), que la dinámica política local es la que define ganadores y perdedores.

Una vez que se construye una necesidad y un deber ser, los interventores proponen soluciones que, en apariencia, los habitantes de la montaña pueden escoger libremente. “El desarrollo es experto en crear expectativas, en dirigirse a las poblaciones en forma de una promesa, el secreto consiste en que esa promesa no pueda cumplirse, para mantener viva la pulsión colectiva de continuar deseando” (Giraldo, 2018, p. 112). En palabras de Long (2007), los programas de trabajo deben ser inducidos, con la intervención “necesaria” y “especializada”, “debe haber capital, tecnología y organización”. Añade que “lo siguiente es etiquetar y clasificar los problemas identificados a través de diagnósticos y prescripción”. El etiquetado legitima e intenta establecer parámetros de superioridad del discurso de intervención “gestión compartida”. En este sentido, “la intervención se mira como una manera de reformar las prácticas sociales y el conocimiento e introducir elementos que reemplacen y otorguen nuevos significados a las maneras ya establecidas de hacer las cosas. Es la producción continua de discontinuidades” (Long, 2007) y en ese mismo orden de ideas, “el desarrollo” implica discontinuidad con el pasado.

Así, podemos leer en diagnósticos como el de FEA, 2006 (Páez, 2016), donde se indica que el problema de la deforestación es la expansión de la frontera agropecuaria,

la carencia de opciones productivas, los altos niveles de marginación de la población rural, la indefinición en la tenencia de la tierra, la valoración insuficiente de los bienes y servicios ambientales, entre otros. En correspondencia, la prescripción indica la necesidad de proyectos de restauración, uso sustentable del bosque de niebla, programas de compensación ambiental, desarrollo rural integral de la ciudad de Xalapa, redes de monitoreo comunitario del agua, gestión comunitaria y ciudadana del agua y redes de aprendizaje en la zona de recarga que abastece de agua a la ciudad (Cuidando el abasto de agua en Xalapa, s/f- [http://www.ccmss.org.mx/wpcontent/uploads/2014/10/Compensacion\\_por\\_servicios\\_ambientales\\_en\\_la\\_cuenca\\_del\\_Rio\\_Pixquiatic.pdf](http://www.ccmss.org.mx/wpcontent/uploads/2014/10/Compensacion_por_servicios_ambientales_en_la_cuenca_del_Rio_Pixquiatic.pdf)).

De lo anterior, se resaltan dos puntos: el primero, que las prácticas de intervención afectan la organización social del tiempo y el espacio campesino, ya que los proyectos de desarrollo están claramente circunscritos y localizados, con límites precisos para los interventores, tales como “ciclos de proyecto”, “fin de la administración”, “entrega de cuentas”, “entrega de resultados y evaluación” (Long, 2007), lo que le da un orden secuencial y lógico que remueve la historia, quedando las memorias y el aprendizaje de los individuos como hechos superfluos. El segundo punto, el dinero (en moneda o en especie) que llega a los espacios de conservación como “la cosa” con la que las relaciones sociales quedan objetivadas, los valores expresados y los poderes sociales incorporados. El dinero forma un sistema de imágenes o palabras (significante) que internaliza un amplio abanico de prácticas, creencias, instituciones y poderes políticos económicos específicos (significado) (Harvey, 2018).

Finalmente, parafraseando a Long (2007), si el proyecto falla en traer progreso y desarrollo a las familias campesinas, se culpa a los beneficiarios quienes “seguramente no le echaron suficientes ganas”, al clima o al mercado, quitándole responsabilidad al paquete tecnológico, a las actividades que promueven las agencias gubernamentales y no gubernamentales. Si el campesino desvía el crédito de propósitos específicos designados o se le descubre sacando madera de un área conservada, cazando o lavando en el río, son señalados como delincuentes y faltos de conciencia. Al etiquetarlos de esta manera, se refuerzan las metas originales y los valores normativos del programa de conservación. Cualquier déficit o falla renueva o refuerza conceptos, normas o evaluadores, justificando la reducción de apoyos económicos, la devolución del dinero aportado al término fijado, cambiando los conceptos de “pago por servicio ambiental” a “compensación por servicio ambiental”, etc. Es decir que la intervención planeada también participa en la construcción de espacios de vigilancia específicos (Harvey, 2018).

## **CONSTRUCCIÓN DE INDIVIDUOS**

Para que el mandato de la conservación, los espectáculos de la naturaleza y los proyectos de intervención sean efectivos, se deben re-direccionar y canalizar los estímulos

del mundo físico ante los cuales los actores locales sean sensibles. En este régimen es donde se van a incorporar los nuevos custodios del ambiente como elementos significativos y valorativos, útiles a la producción de espacios concebidos verdes; es decir, se va a fabricar la vida que estará al servicio de las áreas de conservación. “El proceso de construcción de la identidad es una negociación entre la historia, el poder, la cultura y las situaciones específicas en las cuales se esté dando” (Ulloa, 2004, p. 169).

Sin embargo, como afirma Giraldo, para llegar a la construcción de individuos o construcción de identidades, es necesario intervenir en el orden de los afectos pues “No puede existir un proceso de control territorial que no se inscriba en el cuerpo y en el sentir de las personas” (2018, p. 16). En los espacios de conservación, la parte emocional tiene que redirigirse, desligándose de la tierra de origen, así como del grupo humano de pertenencia. Al producirse estos cambios, con ideas de Giraldo, “las tonalidades afectivas propias de la racionalidad económica surgen irremediamente en un telón de fondo ocupado, controlado y reglamentado tecnológicamente” al modo de las estéticas que “regulan afectos, administran tiempos, producen comportamientos, deseos, saberes y regímenes de verdad” (Giraldo, 2018, p. 119) y aunque este autor hace hincapié en los monocultivos, su idea es consistente con el paisaje verde.

Para promover un espacio de conservación se representa a los campesinos asociados a lo ecológico, de manera que su imagen corresponda al noble primitivo que menciona Ulloa (2004), relacionado con el buen salvaje rousssoniano, el hombre de los bosques que vive una vida comunal y tiene relación cercana y armónica con el medio ambiente, dado que el retorno a las tradiciones campesinas se presenta como una esperanza para la gente urbana, dando lugar a comunidades naturalizadas y romantizadas como primitivos verdes, parte de espectáculos mediáticos cada vez más globalizados (Igoe, 2010).

Sin embargo, de manera casi contradictoria, la construcción del nativo ecológico o del primitivo verde implica la realización de talleres, foros, seminarios y múltiples actividades de educación ambiental para las comunidades locales para “enseñarles” y “que aprendan” cómo interactuar con su ecosistema de acuerdo al desarrollo sostenible. Ulloa (2004). Al recibir las capacitaciones que los habilitan como eco-guardianes (Ojeda, 2012), los campesinos quedan cautivos de un circuito mercantil en el que deben responder por acciones previamente acordadas.

En este caso, los individuos requeridos para la producción y mantenimiento de espacios de conservación se manifiestan como campesinos agroecológicos, campesinos eco-guías o miembros de comités de cuenca.

Campesinos agroecológicos:

“Humberto y Leopoldo desafiaron una tradición de generaciones”,...“había que hacer más trabajo en la preparación de abono y cultivos naturales, trabajar más la tierra, pero sobre todo ir contra la corriente de 40 años de tradición papera” (Papas libres de agrotóxicos se cultivan en Perote, Veracruz, 2018 - <https://cronicadelpoder.com/2018/09/17/>

papas-libres-detoxicos-se-cultivan-en-perote-veracruz/).

Campesinos Eco-guías:

“Ejidatarios de San Andrés Tlalnahuayocan le están apostando al ecoturismo como una forma de allegarse de recursos para sobrevivir”; “...se les brindó la capacitación necesaria para evitar tirar más árboles ...” (Pérez, 2015); “Joaquín, Efraín, Jacinto, entre otros, son guardianes del Sendero..., dejando de lado la tala de bosques y priorizando el cuidado a la naturaleza” (Zavaleta, 2015).

En las citas anteriores es claramente perceptible una atmósfera de romanticismo con respecto a la vida rural ya que el comportamiento de los campesinos es elogiado mientras responda a las nuevas formas de producción a las que son convocados y en caso contrario, son marginados como eco-amenazas (Ojeda, 2010).

Sin embargo, las identidades de campesinos custodios, responsables, conscientes, etc., no están exentas de contradicciones; también hay construcciones de identidades rurales ambientalmente destructivos, amenazantes, pasivos, atrasados, desordenados, entre otros (Adams, 2004 en Fairhead, et al., 2012 & Ojeda, 2010). Por citar un ejemplo, Menchaca y Alvarado (2011), hablan sobre como el abasto de agua para la ciudad de Xalapa se encuentran en riesgo debido las decisiones que toman actores locales de deforestar, poner en el suelo agrotóxicos, o vender sus terrenos a personas ciudadinas (Menchaca & Alvarado, 2011).

Finalmente, el mensaje que se transmite es la necesidad de construir una identidad campesina conservacionista a través de la intervención de actores externos de manera que se reconstruya la visión moderna del “desarrollo sostenible” también con “los más pobres”, justificando la remoción, restricción o reeducación de los campesinos que habitan las áreas decretadas para su conservación.

## **PARTICIPACIÓN VALIDATIVA**

Recapitulando en la evolución de la Política Hídrica en México (1926-2001), la Comisión Nacional del Agua (1981 y 1994), a través de la Secretaría de Agricultura y Recursos Hídricos, promovió la descentralización del agua a través del programa “gestión de la demanda” o “gestión integrada por cuenca”. Del año 1995 al 2000, la Comisión Nacional de Agua, a cargo de la Secretaría del Medio Ambiente y Recursos Naturales, da paso a los llamados Consejos de Cuenca, Comisiones y Comités de Cuenca, bajo el paradigma de la participación social. Después, el Programa Nacional Hídrico (2001- 2006), continúa con el modelo de abasto basado en la demanda “gestión integrada de recursos hídricos” con lo que impulsa el “manejo integral y sustentable por cuencas y acuíferos” (Paré y Gerez 2012, p. 302.). A finales del 2006, avalado por la Política Hídrica de México, la Asociación Civil SENDAS inicia el proyecto “Cogestión Integral de la Cuenca del Pixquiatic”, entre cuyos propósitos mencionamos “El desarrollo de alternativas productivas con una

orientación hacia la sustentabilidad...” “para generar condiciones que permitan conservar los bosques y fuentes de agua a largo plazo”. “El programa apoya la conservación de servicios ambientales en conjunto (biodiversidad, servicios hidrológicos), a través del uso regulado y sustentable de los recursos naturales” (Paré & Gerez, 2012, p. 205; Paré & Fuentes, 2018, p.83).

Con estas estrategias u otras similares, se construye el comité de cuenca encargado de generar planes de manejo, financiar proyectos de desarrollo y ser plataforma o espacio organizativo desde donde planear, negociar y llegar a acuerdos (Paré & Fuentes, 2018).

Es decir, desde finales de la década de 1980, el discurso del control centralizado y autoritario de las áreas de conservación (el discurso de conservación del “no tocar”) fue superado gradualmente por un discurso competitivo que se centró en esquemas más democráticos, que enfatizan la participación local en el diseño y la gestión de los proyectos (Durand, 2014), dando lugar al modelo de trabajo denominado gestión compartida, mismo que ha sido un elemento clave para la ejecución de proyectos de conservación neoliberal. En primer lugar, establece que es necesario permitir que las personas dentro y alrededor de las áreas protegidas participen en el manejo de estas áreas y, en segundo lugar, que la población local debe beneficiarse de la conservación (Benjaminsen & Svarstad, 2010; Benjaminsen & Bryceson, 2012).

Sin embargo, la gestión integral y compartida que se promueve desde o en los comités de cuenca rara vez implica una verdadera devolución de autoridad a los actores rurales, sino por el contrario, los conduce a una mayor marginación política y económica, es decir, la “igualdad” política, económica y social queda restringida a ese “espacio organizativo”. Sobre el bienestar de los actores locales, sigue teniendo prioridad la protección de la biodiversidad y la producción de agua para la ciudad, se universalizan las explicaciones de las causas de la pérdida de biodiversidad como si fuera independiente de los factores históricos, se sugiere la aplicabilidad de una solución única neoliberal orientada al mercado, es decir, el vínculo potencial de los Comités de Cuenca con el mercado hace que no lleguen a profundizar las causas reales de la degradación ambiental ni exploren otras formas de conservación y se niegan o minimizan los conflictos de larga data, complicados y a menudo violentos. La participación prevaleciente en la mayor parte de las comunidades o ejidos que conforman el Comité sigue siendo pasiva, propiciada por los beneficios materiales esperados, como los subsidios obtenidos bajo el único compromiso de mantener la lealtad política hacia el agente benefactor (Fuentes, 2016, p. 4). Es decir, es más fácil enunciar los conceptos de participación y empoderamiento, que generar los espacios donde sucedan, pues implica transformaciones culturales, tanto para el equipo promotor como para las comunidades.

Finalmente, la participación validativa a través de proyectos de cogestión integral es la forma clásica en que la gobernanza neutraliza y desactiva la acción de los actores locales ya que les quita recursos como la protesta para manifestar su inconformidad, dejándolos en

una total indefensión.

## CONCLUSIONES

En la subcuenca del río Pixquiac, los espacios de conservación se producen a partir de elementos como los siguientes: el mandato de la conservación, la generación de un espectáculo de la naturaleza, la intervención planeada, por parte de técnicos y promotores en todas las escalas, la construcción de individuos amigables con el medio ambiente y la plataforma de la gestión compartida.

Estas representaciones promueven la imagen dualista entre sociedad y naturaleza, una naturaleza que necesita ser protegida de esa cultura destructora. En este contexto, la biodiversidad se construye como un bien moral (Foale & Macintyre, 2005). Cada elemento que producen los espacios de conservación refiere a un “usted” invitado a formar parte de un “nosotros” (Foale & Macintyre, 2005), reproducen la imagen de un exterior todo poderoso y un interior inferior (Long, 2007) y en este sentido, actores externos, con intereses no muy claros para los actores locales, producen virtual y materialmente espacios controlados y homogéneos en sus matices de verdes (Harvey, 2018), sea bosque mesófilo de montaña o bosque de pino-encino. Así, la preocupación por la conservación se entrelaza de forma imaginativa con el deseo de preservar un paraíso que no ha perdido su belleza natural y que sólo algunos pueden visitar cuando deseen escapar de la monotonía de la vida ciudadana.

A través de la lógica del enredo (Guerra & Skewes, 2010), se manifiesta una tendencia a mercantilizar la naturaleza producida y a la incorporación institucional constante, limitando a los dueños, reproductores y manejadores de sus bienes naturales, en el uso, el acceso, el control, los derechos y las decisiones sobre su “monte” y agua (Gardner, 2012; Guerra & Skewes, 2010; Ojeda, et al., 2015). Los mensajes que se repiten con cada elemento de la producción de espacios son influyentes y difíciles de debatir, dado que nadie negaría las bondades del progreso, la ternura de un animalito silvestre o la belleza de un paisaje conservado. Sin embargo, dichos mensajes ocultan y disgregan las resistencias que los actores locales pudieran tener.

A diferencia de los años 60 y 70, cuando el éxito de las áreas conservadas dependía de que los actores locales no tocaran los recursos, ahora la conservación se logra mediante el uso regulado y sustentable de los mismos, implicando que actualmente contamos con estrategias, esquemas y modalidades más sofisticadas donde entra en juego la “participación comunitaria”. Sin embargo, estas nuevas modalidades son tan restrictivas con el uso de los recursos naturales que en lo sustancial no hay mayores diferencias con el imperativo de “no tocar”. Por otro lado, la producción de espacios concebidos verdes promueve la diferenciación de lugares de conservación, autorizando la destrucción de otros.

Los territorios concebidos verdes son simultáneamente azules. Así, para que un territorio hidrosocial (Boelens, et al. 2016) proporcione los servicios ambientales para los

que fue construido, se requiere de la producción de espacios conservados. Como sugiere Ulloa (2014), faltaría analizar el traslape e interacción de estos dos escenarios ambientales con otros, ya sea dentro y fuera la región, como son la minería, las hidroeléctricas o los monocultivos, entre otros.

El territorio concebido verde lleva al despojo y desplazamiento de las comunidades de la montaña, aunque de manera diferenciada (gestión de la desigualdad). Benjaminsen & Bryceson (2012) lo llaman despojo verde y azul. Para Ojeda et al., (2015) el despojo verde es cotidiano y gradual y se caracteriza por el ataque sostenido a las estrategias de sustento y los modos de vida, encerrando a los pobladores y prohibiendo el tránsito por caminos y veredas (cercamientos). Así, los espacios-tiempos concebidos verdes conducen al éxodo rural, dejando las tierras “vacías” y, por lo tanto, aún más fáciles de etiquetar como “marginales”, de bajo uso y abiertas a apropiación adicional (McCarthy, et al., 2012).

Finalmente, este escenario no sucede como un todo indiferenciado. No se puede subestimar la participación de campesinos ejidatarios y autoridades comunitarias, pero hay que considerar que no están en igualdad de condiciones ni participan en las circunstancias que ellos elijan (Devine, 2016). La producción de espacios de conservación no solamente deviene en la supresión de los espacios vividos donde se desarrolla la reproducción social, sino que también suprime los lugares donde la gente vive, crea y recrea sus afectos, su memoria y el espacio ilimitado muchas veces indescifrable, que abriga al espíritu y al corazón.

## REFERENCIAS

Atkinson, D., Jackson, P., Sibley D. & Washbourne D. (Eds). (2005). *Cultural geography: A critical dictionary of key concepts*. New York-London: IB Tauris.

Badal, M. (2017). *Vidas a la intemperie. Nostalgias y prejuicios sobre el mundo campesino*. España: Pepitas de Calabaza y Cambalache.

Benjaminsen, A. & Svarstad, H. (2010). The Death of an Elephant: Conservation Discourses Versus Practices in Africa. *Journal Forum for Development Studies*, (37), 385-408.

Benjaminsen, A. & Bryceson, I. (2012). Conservation, green/blue grabbing and accumulation by dispossession in Tanzania. *The Journal of Peasant Studies*, 39(2), 335-355.

Bjorn, S. (2014). Cartographies of remembrance and becoming in the Sierra de Perijá, Venezuela. *Transactions-Royal Geographical Society*, (39), 360372. doi: 10.1111/tran.12038

Boelens, R., Hoogesteger, J., Swyngedouw, E., Vos, J. & Wester, P. (2016).

Hydrosocial territories: a political ecology perspective. *Water International*, 41, 1-14. doi: 10.1080/02508060.2016.1134898

Castro-Gómez, S. (2010). *Historia de la gubernamentalidad I Razón de Estado, liberalismo y neoliberalismo en Michael Foucault*. Bogotá: Siglo de Hombres Editores; Pontificia Universidad

Javeriana-Instituto Pensar; Universidad Santo Tomás de Aquino.

Confeccionando sueños: producciones artesanales de las mujeres de la cuenca del Pixquiatic. (2015). Universidad Veracruzana. Recuperado de: <https://www.youtube.com/watch?v=Ffc14kz1FKg> y <https://www.youtube.com/watch?v=IfTDBCd-DNs>.

Cuidando el abasto de agua de la ciudad de Xalapa. (s/f). SENDAS-UNAM.

Recuperado de: <http://docplayer.es/51351716-Cuidando-el-abasto-de-agua-de-la-ciudad-de-xalapa.html>

Devine, J. (2016). Community forest concessionaires: resisting greengrabs and producing political subjects in Guatemala. *The Journal of Peasant Studies*, 45, 465-584.

Duran, L. (2014). *Naturalezas desiguales, discursos sobre la conservación de la biodiversidad en México*. México: UNAM-CRIM.

Ervine, K. (2011). Conservation and conflict: the intensification of property rights disputes under market-based conservation in Chiapas, México. *Journal of Political Ecology*, 18(1), 65-80.

Esteva, G. (1996). Desarrollo. En: Sach, W. (Ed.), *Diccionario del desarrollo*. (pp.

52-78). Lima: Pratec.

Fairhead, J. Leach, M & Scoones, I. (2012). Green Grabbing: a new appropriation of nature? *The journal of peasant Studies*, 39, 237-261.

Foale, S. & Macintyre, M. (2005). Fantasías verdes: representaciones fotográficas de la biodiversidad y el ecoturismo en el Pacífico Occidental. *Journal of Political Ecology*, 12, 1-23.

Fuentes, T., Gerez, P., Paré, L., Vidriales, C.G., Pérez, D. K., Toledo, A. T., Muñoz, C. M. A. & Mendoza, M. (2012). Acciones hacia la cogestión de la subcuenca y la consolidación del sujeto social. En Paré, L. & Gerez, P. (Coords.), *Al filo del agua: cogestión compartida del río Pixquiatic, Veracruz* (pp. 218-258). México: UNAM.

49 \_\_\_\_\_ & Paré, L. (2012). El Comité de cuenca del río Pixquiatic: ensayos para crear una plataforma social de cogestión y su instrumento de financiamiento. En Paré, L. & Gerez, P. (Coords.), *Al filo del agua: cogestión compartida del río Pixquiatic, Veracruz* (pp. 191-218). México: UNAM.

Gardner, B. (2012). Tourism and the politics of the global land grab in Tanzania: markets, appropriation and recognition. *Journal of Peasant Studies*. 39(2), 377-402.

Giraldo, O. F. (2018). *Ecología Política de la Agricultura. Agroecología y posdesarrollo*. Chiapas, México: Ecosur.

Guerra, M. D. E & Skewes, V. J. C. (2010). Acumulación por desposesión y respuestas locales en el remodelaje de los paisajes estuariales del sur de Chile. *Chungará (Arica)*. 42(2), 451-463.

Harvey, D. (2012). *La condición de la posmodernidad. Investigación sobre los orígenes del cambio cultural*. BS.AS-Madrid: Amorrortu.

\_\_\_\_\_ (2018). *Justicia, naturaleza y la geografía de la diferencia*. Ecuador: IAEN-Traficantes de

Sueños.

Harley, J. B. (2005). Mapas, conocimiento y poder. En Laxton P. (Comp.), *La nueva naturaleza de los mapas, ensayos sobre la historia de la cartografía*. (pp. 79-112). México: Fondo de Cultura Económica.

Igoe, J. (2010). *The Spectacle of Nature in the Global Economy of Appearances*:

*Anthropological Engagements with the Spectacular Mediations of Transnational Conservation. Critique of Anthropology*. 30(4), 375-397.

Long, N. (2007). *Sociología del desarrollo: una perspectiva centrada en el actor*.

México: CIESAS-El Colegio de San Luis.

McCarthy, J., Vel, J. & Afiff, S. (2012). Trajectories of land acquisition and enclosure: development schemes, virtual land grabs and green acquisitions in Indonesia's Outer islands. *Journal of Peasant Studies*. 39(2), 521-549.

Menchaca, D. M. del S. & Alvarado, M. E. L. (2011). Efectos antropogénicos provocados por los usuarios del agua en la microcuenca del río Pixquiatic. *Revista Mexicana de Ciencias Agrícolas*, volumen (2), 85-96.

Montoya, A., & Vladimir, J. (2007). El mapa de lo invisible. Silencios y gramática del poder en la cartografía. *Universitas Humanística*, 63, 155-179.

Nuestra agua y la cuenca del río Pixquiatic. (2016). Recuperado de: <https://www.youtube.com/watch?v=ICJn0EAVD7s>

Ojeda, D. (2012). Green pretexts: Ecotourism, al conservation and land grabbing in Tayrona National Natural Park, Colombia. *The Journal of Peasant Studies*. 39(2), 357-375.

50 \_\_\_\_\_ (2014). Descarbonización y despojo: desigualdades socioambientales y las geografías del cambio climático En Göbel, B., Gongora-Mera, M. Y Ulloa, A. (Eds.), *Desigualdades socioambientales en América Latina, perspectivas ambientales*. Colombia: Universidad Nacional de Colombia y Ibero-Amerikanisches Institut.

\_\_\_\_\_ Petzl, J., Quiroga, C., Rodríguez, A. C. & Rojas J. G. (2015). Paisajes del despojo cotidiano: acaparamiento de tierra y agua en Montes de María, Colombia. *Revista de Estudios Sociales*, 54, 107-119.

Offen, K. (2009). O mapeas o te mapean: Mapeo indígena y negro en América Latina. *Tabula Rasa*. 10, 163-189. Recuperado de: <http://www.scielo.org.co/pdf/tara/n10/n10a06.pdf>

Paré, L., & Gerez, P. (Coords.). (2012). *Al filo del agua: cogestión compartida del río Pixquiatic*, Veracruz. México: UNAM.

Paré, L. (2012). El contexto regional: historia y marco institucional. En Paré, L. & Gerez, P. (Coords.), *Al filo del agua: cogestión compartida del río Pixquiatic*, Veracruz (pp. 218-258). México: UNAM.

Paré, L. & García, C. H. (Comps.). (2018). Gestión para la defensa del agua y el territorio en Xalapa, Veracruz. México: IIS-UNAM-SENDAS AC.

Paré, L. & Fuentes. (2018). El Comité de Cuenca del río Pixquiác: alternativas para la cogestión de una cuenca abastecedora de agua de Xalapa. En Paré, L. & García, C. H. (Comps.). Gestión para la defensa del agua y el territorio en Xalapa, Veracruz. (pp. 67-96) México: IIS-UNAM-SENDAS AC.

Páez, M. (2016). El agua en el Cofre de Perote, ¿Un recurso que se agota? En Narave, V. F. H., Garibay, P. L., Chamorro, Z. M. de A., Álvarez, O. L. A. & De la Cruz, E. El Cofre de Perote Situación, perspectivas e importancia. (pp. 73-70). México: Universidad Veracruzana.

Papas libres de tóxicos se cultivan en Perote, Veracruz. (2018, 17 de septiembre) El diario digital de Veracruz. Presencia. Recuperado de: <https://www.presencia.mx/nota.aspx?id=150589&s=4>

Pérez, M. I (2015, 30 de agosto). Ejidatarios de Tlalnelhuayocan le apuestan al ecoturismo para sobrevivir. Al calor político.com. Recuperado de: <https://www.alcalorpolitico.com/informacion/ejidatarios-deltlalnelhuayocan-le-apuestan-al-ecoturismo-para-sobrevivir178199.html#.XDD4PRMzb-Y>

Preciado, C. J. & Uc, P. (2010). La construcción de una geopolítica crítica desde América Latina y el Caribe. Hacia una agenda de investigación regional. Revista de estudios sobre espacio y poder. 1(1), 65-94.

Restauración ecológica en la microcuenca del Pixquiác por Sendas A.C. (2014). PRONATURA. Recuperado de: <https://www.youtube.com/watch?v=9UwyilyqEh4>

SENDAS. (2016). El Pixquiác es el corazón hagámoslo fluir, 11 años de Gestión Compartida en la subcuenca del río Pixquiác. Jarocho Cuántico al son de la ciencia, 67, 4. Recuperado de: <https://eljarochocuantico.files.wordpress.com/2016/10/jarocho67.pdf>

Ulloa, A. (2004). La construcción del nativo ecológico: Complejidades, paradojas y dilemas de la relación entre los movimientos indígenas y ambientalismo en Colombia. Colombia: ICANH-COLCIENCIAS.

\_\_\_\_\_ (2012). Producción de conocimientos en torno al clima. Procesos históricos de exclusión/ apropiación de saberes y territorios de mujeres y pueblos indígenas. Working Paper Series N.º 21. Berlín: [desiguALdades.net](http://desiguALdades.net).

\_\_\_\_\_ (2014). Escenarios de creación, extracción, apropiación y globalización de las naturalezas: emergencia de desigualdades socioambientales. En Gongora-Mera, M. & Ulloa, A. (Eds.). (2014). Desigualdades socioambientales en América Latina. Perspectivas ambientales. Colombia: Universidad Nacional de Colombia-Ibero-Amerikanisches Institut.

Vidriales, C. G. & Fuentes M. A. (s/f). La calidad del agua en Xalapa y la Cuenca del río Pixquiác., Dirección de Comunicación de la ciencia. Universidad Veracruzana. Recuperado de: <https://www.uv.mx/cienciauv/blog/calidadaguaxalapacuencariopixquiác/>

Work, C & Thuon, R. (2017). Inside and outside the maps: mutual accommodation and forest destruction in Cambodia. Canadian Journal of Development Studies, 38, 360-377.

Zambrano, C. B. (2001). Territorios plurales, cambio sociopolítico y gobernabilidad cultural. En Nates, B. (Comp.). Territorio y cultura: Territorios de conflicto y cambio socio-cultural. II Seminario Internacional sobre Territorio y Cultura, Manizales. Grupo de investigación territorialidades. Departamento de

antropología y sociología. Universidad de Caldas. Manizales. Colombia.

Zavaleta, N. (2015, 5 de enero). Con el ecoturismo buscan preservar la cuenca del Río Pixquiac. El reflejo de su gente Crónica de Xalapa. Recuperado de: <http://cronicadexalapa.com/con-ecoturismo-buscan-preservar-lacuena-del-rio-pixquiac/ntido>.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Adaptações literárias 126, 131

Adolescência 105, 106, 107, 108, 109

Análise do discurso 1, 3, 5, 14, 54, 55, 67, 68, 70, 71, 85, 96

Autoestima 105, 106, 107, 108, 109, 232

### B

Bourdieu 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 168, 172, 173, 175, 177, 179

### C

Ciências da religião 139, 140, 141, 145, 146, 147, 148

### D

Descentramento 41, 42, 43, 46, 47, 48

### E

Ensino Religioso 139, 140, 144, 146

Epistemologia 16, 17, 18, 20, 26, 40

### F

Fenomenologia 67, 68, 70

Formação do leitor 126, 128, 137

### G

Gênero feminino 111

Guia didático 1, 2, 3, 5, 7, 9

### H

História em quadrinhos 126, 128, 131

Humanidades 16, 17, 20, 145, 146

### I

Identidade cultural 41, 49, 50, 53, 54, 74

Indígena 1, 2, 3, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 68, 114, 208

Indivíduo cartesiano 41, 47, 54

### L

Língua de sinais 59, 63, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 81

Literário-político 56

Literatura 60, 63, 64, 65, 111, 112, 113, 117, 124, 130, 137, 138, 151, 179, 211, 219

## **M**

Metodologia 16, 17, 19, 20, 21, 26, 27, 39, 62, 67, 69, 84, 85, 91, 95, 96, 99, 106, 141, 159, 161, 166, 191

Morte 42, 43, 71, 74, 106, 120, 134, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148

## **P**

Pesquisa 1, 2, 3, 6, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 39, 40, 54, 59, 65, 67, 68, 69, 70, 75, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 96, 97, 100, 101, 102, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 115, 126, 128, 139, 141, 148, 152, 167, 181, 182, 186, 188, 190, 223, 235, 236

Pessoas surdas 56, 67, 68, 70, 71, 72, 73, 74, 76

Poesia oral 56, 59, 60, 62, 64, 66

Prosa regionalista 110, 111, 112, 113, 116

Psicossociologia 84, 102

## **R**

Reflexividade 28, 29, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40

## **S**

Sentido común 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 37

Slam surdo 59, 60, 62, 64

Sociología 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 179, 208, 210

Subjetividade 1, 6, 7, 11, 16, 19, 20, 25, 45, 46, 47, 48, 153, 156

Suicídio 105, 106, 107, 109

## **V**

Vivência 13, 67, 68, 70, 75, 76, 78, 80, 130, 224

Contribuições das

# CIÊNCIAS HUMANAS

para a sociedade 2



-  [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)
-  [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

Contribuições das

# CIÊNCIAS HUMANAS

para a sociedade 2



 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
 [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)  
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)  
 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

**Atena**  
Editora  
Ano 2022